

## Bresser promete a Aparecido que ajudará Estados

BRASÍLIA — O Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, disse ontem durante encontro com o Governador de Brasília, José Aparecido de Oliveira, que nos próximos dias anunciará uma ajuda financeira aos Estados. O Governador apresentou ao Ministro um balanço de suas dificuldades econômicas e pediu recursos para cobrir o déficit público do Distrito Federal, cuja previsão para o segundo semestre é de CZ\$ 4,1 bilhões.

Aparecido apontou o gatilho como o principal causador do rombo nos cofres públicos, reivindicou recursos para programas de Saúde, Transporte e pagamento de pessoal e garantiu verba para o projeto de despoluição do Lago Paranoá. Ele apresentou também um plano para aumentar a arrecadação do ICM.

## Igrejas gaúchas terão 'Domingo da Constituição'

PORTO ALEGRE — Todas as paróquias do Rio Grande do Sul promoverão, neste fim de semana, o "Domingo da Constituição". Vão discutir, com a população, as propostas da CNBB à Constituinte e intensificar a coleta de assinaturas, para apresentá-las sob a forma de emendas populares. Os bispos farão um encontro estadual em Erechim e aproveitarão para pregar a adesão dos católicos às propostas da CNBB.

Ontem, no programa de rádio "A Voz do Pastor", o Bispo Ivo Lorscheiter já convocou para a promoção, relembrando as sete propostas da CNBB, que incluem direito à vida, com proibição do aborto, eutanásia e tortura; educação; direito ao trabalho; reforma agrária; questão indígena; participação popular; e as liberdades religiosa, filosófica e política.

O Presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes, um dos cotados para suceder a Dom Avelar Brandão Vilela na Arquidiocese de Salvador, conclamou os governadores a darem "urgente prioridade às causas dos mais pobres e menos favorecidos da sociedade" e pediu a todos mais solidariedade humana para com os desempregados e a crianças.

Dom Lucianodisse que o País atravessa um dos momentos mais graves de sua história, sobretudo porque há um grande desânimo em vários setores da sociedade.

— Neste momento em que se prepara uma nova Constituição para o País — afirmou Dom Luciano —, é importante que não nos deixemos abater, que todos colaborem para as mudanças, com o sentimento de fraternidade, lutado contra os baixos salários, o desemprego, pela moradia para todos, por melhores condições de saúde, de educação, contra as desigualdades.

## Parlamentares fixam data da campanha por diretas

BRASÍLIA — Um grupo de "progresistas" do PMDB e cinco partidos considerados de "esquerda" — PDT, PT, PSB/PCB e PC do B — definiram ontem a data de 7 de julho para o lançamento de uma campanha nacional de mobilização popular em favor da realização de eleições presidenciais em 1988. O movimento visa também incentivar a participação interferência da população na Constituinte.

— Aqui está a parte do PMDB que referiu optar pela representatividade do voto — disse Senador Afonso Camargo (PMDB-PR), justificando a presença e a do Deputado Maurílio Ferreira Lina (PMDB-PE)

## Jarbas rejeitará propostas de prorrogação de mandato

RECIFE — Um vigoroso protesto contra qualquer tentativa de prorrogação de mandatos e a definição de sua posição em relação ao mandato do Presidente José Sarney são os dois temas de destaque do discurso que o Prefeito Jarbas Vasconcelos fará hoje à tarde em Recife após assumir a Presidência da Associação Brasileira dos Prefeitos das Capitais.

Já estão confirmadas as presenças de 16 Prefeitos e três Vice-prefeitos. As únicas capitais que não estarão representadas são Goiânia, Rio Branco, Porto Velho e São Paulo.

# Parlamentares correm no último dia para emendar substitutivos

BRASÍLIA — No último dia para a entrega de emendas aos substitutivos dos relatores das Comissões Temáticas, a Assembléia Nacional Constituinte viveu um dia de correria por parte dos deputados que queriam apresentar as suas propostas, e de muita paciência dos assessores para enfrentar as filas nas secretarias das comissões.

Os parlamentares aproveitaram a prorrogação do prazo para aumentar o número de emendas. Inicialmente, o prazo final teria sido ontem às 18 horas, mas o Presidente da Assembléia resolveu ampliá-lo para às 24 horas. Em sua maioria, as emendas que foram rejeitadas nas subcomissões foram reapresentadas.

## Emenda isenta de impostos livros, jornais e revistas

BRASÍLIA — O Deputado Adroaldo Streck (PDT-RS) defendeu ontem medidas que diminuem os custos de jornais, periódicos, livros e revistas como forma de permitir que um maior número de brasileiros possa usufruir destes meios de comunicação e informação.

— Nós temos um problema muito sério que é o de baratear estes custos, fazendo com que maior quantidade de pessoas tenha acesso a jornais, livros e revistas. Tudo isso é, ainda, muito caro no Brasil.

Com essa preocupação, o Deputado reapresentou emenda ao relatório da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças solicitando que seja acrescentada ao artigo oitavo a palavra "insumos" no que se refere a isenção de impostos que já foi aprovada para os impressos e para o papel destinado a sua feitura.

Insatisfeito com o texto desse artigo, o parlamentar levantou a questão de que "qualquer jornal brasileiro é mais caro, em dólares do câmbio negro, do que grandes jornais americanos. É nessa constatação que encontrei a razão para apresentar a emenda para que insumos e papel destinado a impressão de livros, jornais e periódicos sejam isentos de tributos".

Justificando sua emenda, Adroaldo Streck ressaltou que desde 46 é objetivo consagrado na Constituição assegurar a liberdade de imprensa, evitando a interferência do Governo sobre o conteúdo dos meios impressos de comunicação. Embora assim possa parecer, o Deputado assegura que sua emenda não protege as empresas jornalísticas, as quais não gozam da proteção tributária, estando elas e seus proprietários sujeitos ao pagamento de imposto sobre o resultado do empreendimento, quando

A Ordem Social foi uma das que mais receberam emendas. Até o final da noite de ontem, foram apresentadas aproximadamente 1.100 propostas. Sendo que destas, 80 por cento já foram discutidas em suas subcomissões. Um exemplo disso são as sugestões do Deputado Paulo Paim (PT-RS). Ele apresentou 32 emendas, das quais 20 envolvem temas já apreciados pela Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores.

O Deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) foi quem mais apresentou emendas, um total de 72. Para atender a uma fila, que nunca era inferior a 45 pessoas, a Ordem Social colocou oito pessoas trabalhando. Cada um dos assessores dos parlamentares demorava, em média,

ocorre, ou da renda.

— Da mesma forma por ser imunidade de todos os tributos que não incidam sobre a coisa livro, jornal e periódico, como as contribuições sociais e tudo mais que esteja incluído na chamada parafiscalidade.

Streck lembrou, ainda que a isenção de impostos sobre os impressos tem origem no século XVIII, na Europa, quando o homem ingressava, depois do Renascimento, na era da Revolução Industrial. Antes dessa época — de acordo com o parlamentar — usava-se a tributação para impedir a circulação de livros e jornais, principalmente em países que viviam sob a influência da Inquisição.

O parlamentar pedetista argumentou ainda que "não é o modelo usado atualmente na África do Sul, que, medievalmente, faz com que os jornais paguem impostos objetivando manter longe da informação a grande massa de humilhados e perseguidos naquele país, o que pretendemos para o Brasil".

Lembrando que em 1946, por iniciativa do constituinte Jorge Amado, foi introduzido na Constituição o princípio da imunidade tributária para o livro, jornal e periódicos que nem mesmo o regime que se seguiu ao movimento de 64 conseguiu destruir, Adroaldo Streck esclarece que a imunidade não atinge a pessoa do jornalista ou do proprietário do jornal ou editora e que sua emenda tenciona apenas assegurar esse direito no que incide sobre o objeto impresso, incluindo insumos e papel de impressão, porque refletirão diretamente ao aumento do chamado preço de capa, tornando o material editorial de acesso permitido apenas a uma elite.

uma hora para ser atendido. Diante disso, um dos diretores do Centro Gráfico do Senado Federal, responsável pela publicação dos avulsos das emendas, acompanhava de perto o trabalho, procurando ajudar na agilização dos trabalhos, pois até a sexta-feira os relatores deverão apresentar os seus pareceres.

Na corrida contra o relógio para apresentação das propostas não faltou sequer uma leitura equivocada, pelos correligionários do Senador Mário Covas sobre a proposta do Relator da Comissão de Organização Eleitoral, Prisco Vianna. Ao contrário do que pensavam eles, Prisco não defende a prorrogação dos mandatos dos Prefeitos.

## Grupo de Covas quer ver PMDB votando unido

BRASÍLIA — O grupo liderado pelo Senador Mário Covas começou, ontem à noite, a negociar todos os pontos que considera relevantes do programa do PMDB, para que o Partido vote unitariamente nas comissões da Constituinte. Caso contrário, asseguraram alguns vice-líderes, os compromissos do grupo Covas serão as bandeiras do antigo MDB e a sua relação com a sociedade. Será, segundo eles, a guerra aberta.

A primeira tentativa de acerto foi iniciada no final da tarde, na casa do Presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, com os relatores, os Líderes Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Sant'Anna e Luiz Henrique, e mais alguns vice-líderes.

A tarde, em seu gabinete, com os Deputados Antonio Brito, Robson Marinho, Miro Teixeira, Antonio Perosa e Euclides Scalco, Covas definiu alguns pontos em que o PMDB deverá votar "como partido", ou, então, haverá o rompimento público com os demais segmentos partidários.

Em alguns pontos já se sabe que não haverá acordo, com a decisão saindo de votação. Dois deles estão definidos: a duração do mandato do Presidente Sarney e a criação do Conselho Nacional de Comunicação.

Mas alguns foram definidos ontem, mesmo não sendo possível estudar todos os relatórios das oito comissões temáticas. Covas quer o PMDB unido em torno da reserva de mercado para a informática, para a exploração dos minerais e do petróleo. E também defende a destinação das verbas públicas somente para as escolas públicas. Por fim, a Reforma Agrária, na opinião de Covas, tem que ir para o texto da forma mais progressista possível. Estes foram os pontos fechados até pouco antes da reunião na casa de Ulysses.